

## Vinicius Lummertz\*

# O acordo UE-Mercosul e a volta do eixo atlântico

A retomada do acordo entre União Europeia não é mais uma pauta de tarifas e cotas, pode reativar um eixo atlântico que ficou politicamente desidratado e dar densidade econômica a algo que o Ocidente democrático anda devendo a si mesmo: vida nova com cooperação em larga escala, com previsibilidade, regras e ambição estratégica num mundo cada vez mais transacional. A Comissão Europeia mantém a intenção de concluir o processo até o fim de 2025, mas a política interna do bloco, com resistência de governos e pressão de setores agrícolas, continua sendo o maior freio. Isso acontece num momento em que a Europa, num mundo multipolar, vê sua importância relativa diminuir diante de EUA, China, Rússia e Índia.

Há um pano de fundo ainda maior: o eixo de gravidade do planeta migrou para o Pacífico. Economia, tecnologia, cadeias industriais e geopolítica passaram a olhar para lá. O Atlântico, que foi durante séculos o corredor principal da modernidade ocidental, perdeu espaço e, em certos círculos, até confiança. É justamente por isso que o acordo UE-Mercosul importa. Ele pode revitalizar o Atlântico como plataforma econômica e, por consequência, como espaço civilizacional.

A palavra civilização causa alergia em parte da Europa contemporânea. Mas, sem algum reconhecimento explícito da civilização ocidental como comunidade histórica de valores e instituições, Estado de direito, democracia representativa, pluralismo, direitos, liberdade econômica com regulação, a Europa corre o risco de virar apenas um museu do passado. O ponto aqui não é nostalgia, é estratégia. O Brasil e o Cone Sul não são periferia desse mundo. São sua expansão histórica e seu laboratório contemporâneo. Se a Europa quiser manter relevância global, precisa aceitar que o Ocidente também é americano, e que o Atlântico é ponte, não margem.

A resistência, porém, é concreta. Em 16 de dezembro de 2025, o Parlamento Europeu aprovou o endurecimento de mecanismos de salvaguarda para importações agrícolas ligadas ao acordo, buscando tornar mais rápido o acionamento de medidas quando houver risco de choque de mercado. O recado é simples: se avançar, virá com lupa regulatória, gatilhos mais ágeis e debate permanente sobre equivalência de padrões sanitários e ambientais. Há, nesse desenho, uma característica europeia que precisa ser levada em conta: a preferência por regulação detalhada tende a elevar custos de transação, e não raro transforma a política comercial num labirinto de exigências, mais eficaz para conter riscos do que para acelerar receitas.

Se destravar, a escala é grande o bastante para mudar expectativas. O pacto liga um mercado estimado em cerca de 780 milhões de consumidores. E os termos centrais, no papel, são claros: o Mercosul eliminará tarifas sobre 91% das exportações europeias, incluindo a eliminação gradual do imposto de 35% sobre carros ao longo de 15 anos; e a União Europeia eliminará tarifas sobre 92% dos produtos do Mercosul em prazos que chegam a uma década. Para a Europa, isso é oxigênio para manufaturas e marcas, de automóveis e autopeças a máquinas, químicos, fármacos e vinhos. Para o Mercosul, é diversificação de mercado e disciplina competitiva: o estímulo que obriga empresas a subir padrão e se internacionalizar.

O Brasil, porém, só vai aproveitar essa volta do Atlântico se tratar reputação como parte da infraestrutura. A UE é o segundo maior parceiro comercial do país, e a corrente de comércio somou, em 2024, 89,5 bilhões em 2024. Ainda assim, exportamos muito

como fornecedor e pouco como marca. O suco de laranja é uma parábola: em temporadas recentes, o Brasil respondeu por cerca de 90% das importações europeias do produto. Se o consumidor final pouco associa o suco ao Brasil, perdemos prêmio de preço e poder simbólico. A resposta não é indignação, é estratégia: rastreabilidade e conformidade impecáveis, certificações, presença comercial e um programa de comunicação e promoção que faça o Brasil aparecer no que já vende.

Do lado europeu, convém reconhecer que o debate não é livre mercado contra desordem tropical. A agricultura do continente é sustentada por uma arquitetura pública robusta: a Política Agrícola Comum reservou, em 2021 a 2027, 386,6 bilhões no orçamento de subsídio, ali, é instrumento de coesão e sobrevivência política. O Brasil precisa entender isso sem ingenuidade e responder com profissionalismo, porque padrão e proteção são parte do custo de acesso ao mercado europeu, e porque o protecionismo, quando se veste de virtude, costuma ser ainda mais difícil de enfrentar.

Mas pensar grande é ir além de mercadorias. Um eixo atlântico relevante no século 21 é também fluxo de pessoas e de ideias. A Constituição brasileira orienta a política externa por princípios como cooperação entre os povos, defesa da paz e repúdio ao terrorismo, e determina buscar a integração econômica, política, social e cultural da América Latina. Um acordo que queira ser, de fato, uma oportunidade civilizacional para democracias abertas deveria incluir educação, ciência e cultura: validação de diplomas, parcerias universitárias, pesquisa aplicada, intercâmbios e mobilidade qualificada em mão dupla. A Europa, em transição demográfica e econômica, tem motivos para desenhar canais mais inteligentes de atração de talentos; o Brasil, por sua vez, deveria abrir portas para profissionais europeus altamente qualificados e, ao mesmo tempo, preparar seus jovens para competir e cooperar nesse ambiente.

E há um ponto de identidade que pode ser força. O Brasil é uma forma nova de Ocidente: judaico cristão na matriz, mas renovada pela presença africana, indígena e por uma história de mistura cultural que não cabe nos esquemas rígidos do Velho Mundo. Para isso, a Europa terá de deixar o conservadorismo defensivo de lado, e o Brasil terá de abandonar a timidez estratégica. O Atlântico não vai se reerguer por saudade. Vai se reerguer por decisão.

No fim, vale uma menção, sem profecia. Samuel Huntington popularizou a ideia de que o mundo pós Guerra Fria seria marcado por um choque de civilizações. A melhor resposta do Ocidente democrático não é fechar-se em medo, nem diluir-se em culpa: é voltar a ter capacidade de integração, crescimento e confiança em si. Se o Pacífico virou motor do século, o Atlântico não precisa virar apêndice. Pode ser o carro chefe renovado, uma plataforma de prosperidade, ciência, cultura e mobilidade, ligando Europa e Américas com regras e ambição. O acordo UE-Mercosul, nesse sentido, é mais que comércio. É uma chance de reativar a energia do Atlântico e de atualizar a civilização ocidental pelas suas bordas mais vivas. Se europeus reconhecerem isso e brasileiros cobrarem isso, sem subserviência e sem timidez, o Atlântico volta a ser eixo de futuro. E a civilização ocidental não apenas resiste, ela se reinventa.

\*Vinicius Lummertz é senior fellow do Milken Institute. Foi Ministro do Turismo, Presidente da Embratur, Secretário Estadual de Turismo e Viagens do Estado de São Paulo

## EDITORIAL

# Setor agrícola atrapalha acordo

A negociação de um acordo entre o Mercosul e a União Europeia evidencia profundas discordâncias que refletem interesses econômicos, políticos e sociais distintos entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. Embora o discurso oficial enfatize a cooperação e o livre-comércio, os impasses mostram que cada bloco prioriza a proteção de setores estratégicos e a defesa de seus próprios modelos de desenvolvimento.

O principal ponto de conflito está no setor agrícola. O Mercosul, especialmente Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, é altamente competitivo na exportação de produtos agropecuários e vê no acordo uma oportunidade de ampliar o acesso ao mercado europeu.

Há também discordâncias no campo industrial e tecnológico. O Mercosul teme que a abertura de seu mercado a produtos industrializados europeus provoque a desindustrialização e o enfraquecimento de empresas locais. Já a União Europeia pressiona por regras mais rígidas sobre propriedade intelectual, compras governamentais e serviços, o que beneficiaria principalmente suas multinacionais.

Esses conflitos revelam que o acordo vai além de tarifas e comércio: trata-se de um embate entre projetos econômicos distintos. Sem concessões equilibradas e reconhecimento das assimetrias existentes, o acordo entre Mercosul e União Europeia continuará sendo mais uma intenção diplomática do que um compromisso efetivo.

## Opinião do leitor

### É tempo de Natal!

O Cristianismo não se reduz, como querem alguns, a dogmas intelectualizados, catálogo de preceitos, regras e deveres, lista de pecados. É, antes de tudo, uma Pessoa e um acontecimento. A Pessoa é Cristo. O acontecimento, a irrupção de Cristo na Humanidade. Natal celebra o acontecimento e traz para o nosso meio à Pessoa.

José Ribamar Pinheiro Filho  
Brasília - Distrito Federal

## Correio da Manhã

Fundado em 15 de junho de 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929) • Paulo Bittencourt (1929-1963) • Nilmor Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

Patrick Bertholdo (Diretor Geral)  
patrickbertholdo@correiodamanha.net.br

Cláudio Magnavita (Diretor de Redação)  
redacao@correiodamanha.com.br

Redação: Gabriela Gallo, Iye Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima (Coordenador editorial)

Serviço noticioso: Folhappress e Agência Brasil

Projeto Gráfico e Arte: José Adilson Nunes (Coordenação), Anderson Sá e Thiago Ladeira

Telefones: (21) 2042 2955 | (11) 3042 2009 | (61) 4042 7872

WhatsApp: (21) 97948-0452

Rio de Janeiro: Av. João Cabral de Melo Neto 850 Bloco 2 Conj. 520

Rio de Janeiro - RJ CEP 22775-057

Brasília: ST SIBSQuadra 2 conjunto B Lt 10 - Núcleo Bandeirantes

Brasília - DF CEP 71736-200

São Paulo: Av. Francisco Matarazzo, 1752, sala 2317, Águia Branca - São Paulo-SP - CEP 05001-200

Campinas: Avenida Aquidabã, 766, Sala 51, Centro - Campinas-SP CEP 13010-132

www.correiodamanha.com.br

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal.